



POLÍTICA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2018 NO BRASIL

Gabriel Maçalai

Resumo: Durante o século XX a esfera política se afastou substancialmente da religião. A afirmação dos Direitos Humanos trouxe consigo o direito à liberdade religiosa e a garantia de um Estado Laico. Com isso, a religião foi reduzida a esfera privada. Na atualidade, a esfera política é cada dia mais invadida pela religião, que coloca bancadas, parlamentares, derruba e levanta governos em todo o mundo, trava debates de gênero, sexualidades e direitos reprodutivos. O presente estudo, pretende, analisar o processo eleitoral de 2018, no Brasil, e verificando a influência cristã na vida pública e nas vivências de gênero, sexualidade e democracia. Por fim, aponta a possibilidade de convivência entre a religião e a política, em um locus público, sem conflitos, imposições e abusos. Assim, a religião não serve apenas para legitimar discursos e “acordos” políticos, mas, especialmente, para apresentar oportunidade para a construção de uma nova realidade sociocultural, econômica, filosófica e ecologia, por meio do respeito e da tolerância.

Palavras-chave: Política. Religião. Laicidade. Eleições.

Abstract: During the twentieth century the political sphere departed substantially from religion. The affirmation of human rights brought with it the right to religious freedom and the guarantee of a secular state. With this, religion was reduced to the private sphere. Today, the political sphere is increasingly invaded by religion, which places benches, parliamentarians, overthrows and raises governments around the world, engages in gender debate, sexuality and reproductive rights. This study intends to analyze the 2018 electoral process in Brazil, and to verify the Christian influence on public life and on experiences of gender, sexuality and democracy. Finally, it points to the possibility of coexistence between religion and the police, in a public locus, without conflicts, impositions and abuses. Thus, religion serves not only to legitimize political discourses and "agreements", but especially to present the

opportunity for the construction of a new sociocultural, economic, philosophical and ecological reality through respect and tolerance.

Keywords: Politics. Religion. Secularity. Elections.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Política e religião são espaços de pessoalidade e individualidade. Cada qual, com seus interesses, busca defender uma posição política ou religiosa. O Estado Democrático de Direito permite que tal situação se concretize, sem nenhuma forma de prejuízo a convivência social e humana. O cidadão contemporâneo pode escolher ter ou não religião ou seguir ou não alguma ideologia política.

No entanto, um problema se apresenta quando fé e política se misturam no mesmo espaço, o público. As religiões dominantes acabam ganhando vantagem sobre as outras e especialmente sobre aqueles que não possuem religião. Esses se tornam divergentes, contrários à ordem social e precisam de repreensão. Na esfera política, a sociedade passa a não tomar decisões mais a baseadas na soberania popular, mas sim, em decisões religiosas, afrontando o chamado Estado Laico.

Nesse cenário, o quadro, o presente estudo, através do método hipotético-dedutivo e de pesquisa bibliográfica, analisamos as eleições de 2018 e o quadro político e religioso em que o Brasil se inseriu. Por tanto, analisamos a relação entre política e religião, as eleições de 2018 e buscamos responder o problema: a religião evangélica poderá salvar o Brasil? Não objetivamos realizar crítica ou militância política ou religiosa no presente estudo. Apenas discutir, teoricamente, a realidade nacional.

POLÍTICA E RELIGIÃO

Desde o limiar da Reforma Protestante e do Iluminismo, a questão da religião na vida do ser humano mudou. Bosch¹ afirma que a religião, no Estado Absolutista dependia da crença de seu soberano, que muitas vezes controlava

¹ BOSCH, David J. **Missão Transformadora**: Mudanças de paradigma na teologia da missão. 2002.

os poderes estatais (Legislativo, Executivo e Judiciário) bem como a Religião. Aos poucos, a religião foi mudando, se multiplicando, acompanhando o ritmo das alterações sociais que se apresentaram.

Rubem Alves² aponta que a ausência de religião em um ser humano já foi sinônimo de anormalidade. Tal situação no entanto mudou e passou ser cada vez mais comum, não podendo mais tida como doença, praga, ou algo fora do normal. Mesmo diante de uma constante secularização da sociedade, a religião continua presente, viva e operante na comunidade global.

Desta forma, passa-se a estudar o que é religião, as questões relativas as liberdades fundamentais do ser humano, especificamente o que é a liberdade religiosa, demonstrar as diferenças pertinentes entre a liberdade religiosa e do Estado laico. O conceito de religião é múltiplo. Cada crença e cada sistema doutrinário têm seu conceito e métodos de obtenção do mesmo. Neste sentido, buscaremos um conceito científico de religião, que não se origine de nenhum dogma, mesmo que qualquer posição seja necessariamente baseada em alguma doutrina.

Rubem Alves³, ao falar do estudo da religião, aponta para a necessidade de uma experiência religiosa, que passe a legitimar os esforços científicos de qualquer estudo pertinente. Dessa forma, o estudo da religião, embora se proponha científico e secular, nasce viciado, de berço por algum dogma. E tal situação é necessária para garantir uma compreensão correta do assunto. Para o estudo da religião, faz-se uso das Ciências da Religião.

Tradicionalmente, se aponta a origem da palavra religião dos verbetes religio, religare e relegere. A expressão latina religio possui sentido de boa consideração e atenção na prestação de serviços cultivos ou sacerdotais, sendo que, para os romanos expressava a exatidão com deveriam cumprir seus rituais religiosos. Agostinho, utilizou-se de Lactâncio, definindo religião a partir do termo religare, num sentido de ligar, amarrar, ligar novamente, trazer de volta, pelo que a religião tinha o objetivo de religar a alga desligada do sagrado. Por seu turno, o termo relegere, utilizado por Cícero para falar da Religião Romana, refere-se ao zelo, atenção indiscriminada e inescrupulosa,

² ALVES, Rubem Azevedo. **O que é Religião**. 1984.

³ Idem, p. 10, 11.

paciência, pudor e piedade com os romanos exerciam sua fé. Logo, Azevedo⁴ informa que tal expressão tem o sentido de “recolher-se, a fazer uma nova escolha, a retornar a uma síntese anterior para recompô-la”.

Assim, a religião está colocada muito mais no lado sentimental do ser humano. Tanto é que Hegel⁵ afirma que “A religião é a relação com o absoluto na forma do sentimento, da imaginação e da crença e no centro dela, que contém tudo o que é, tudo o que existe torna-se um acidente que se evanesce.”

Neste sentido também eram os ensinamentos de Rubem Alves⁶. Para ele religião é a “teia de símbolos, rede de desejos, confissão da espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretenciosa tentativa de transsubstancias a natureza”. A partir disso, ele passa a associar a religião com seus símbolos, ligados pela imaginação, transformando objetos profanos em objetos sagrados, elementos vazios de significados em fatores sincréticos plenamente cheios de representações.

Assim, a religião se incumbe de proporcionar uma solução pacífica para os problemas de for íntimo do ser humano. Pelo menos pretende e promete a solução dos problemas. Neste mesmo sentido, Andrade⁷, em seus estudos, diz que a religião “se configura enquanto um conjunto de crenças e práticas que procuram dar respostas a várias questões que o homem levanta. É a crença no sobrenatural e na estreita relação que este tem com o mundo em que vivemos”.

O surgimento do Estado Moderno, no encerramento da Idade Média fez com que a autoridade religiosa extremamente importante durante a Idade Média fosse preterida. As decisões políticas e internacionais não dependiam mais da benção papal. Dependiam apenas dos interesses sociais. Ou seja, a autoridade temporal se tornou secular e não mais uma expressão do poder religioso dominante⁸.

⁴ AZEVEDO, Cristiane A. de. **A procura do conceito de religio**: entre o relegere e o religare. 2015.

⁵ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 1997, p. 222.

⁶ ALVES, Rubem Azevedo. **O que é Religião**. 1984, p. 22.

⁷ AZEVEDO, Cristiane A. de. **A procura do conceito de religio**: entre o relegere e o religare. 2015, p. 13.

⁸ BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado Moderno**: Aspectos históricos e teóricos. 2013.

Com a Reforma Protestante e o Iluminismo, passou-se a afirmar a ideia de separação entre Estado e religião. Hegel⁹ apontou para a necessidade do ser humano de professar a uma fé. Mas colocou o Estado acima de todos os credos. Deste modo, embora todos estivessem sujeitos ao poder estatal, o poder estatal tem a missão de estabelecer a possibilidade de existência das religiões, que devem tratar das questões humanas de foro íntimo.

No entanto, conforme Blancarte¹⁰ a laicidade não é uma condição estática. Ela é na verdade um processo “[...] que não se pode afirmar a existência de uma sociedade absolutamente democrática, tampouco existe na realidade um sistema político que seja total e definitivamente laico”. Tal situação se deve porque a religião continua existindo no cotidiano secular do Estado, não apenas na sociedade civil, mas nas estruturas estatais. Blancarte¹¹, aponta a substituição da religião pelo civismo, ou como denomina de religião cívica. “As cerimônias cívicas, no fundo, são nada mais que rituais substitutivos para integrar a sociedade através de valores comuns novos ou adicionais.”

Santos e Lucas¹², falam que a Modernidade não aposentou completamente as personagens medievais. Apenas trouxeram novas roupagens aos elementos e entidades apresentados anteriormente, agora travestidos de maior racionalidade. Ocorreu um cambio parcial da figura transcendental de Deus pela imagem da "Deusa Razão, pela Deusa Igualdade, pela Deusa Liberdade". Além disso, o adversário de Deus, denominado de Diabo, sai do imaginário religioso medieval e se transforma nos "[...] Diabos modernos, o Diabo-Irracionalidade, o Diabo-Outro, o Diabo-Diferente, o Diabo-Minoria, os Diabos de Galeano.”

Mesmo é o entendimento de Blancarte¹³. Ele aponta que o nacionalismo se utiliza da mesma realidade da religião numa substituição do

⁹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 1997.

¹⁰ BLANCARTE, Roberto. **O porquê do Estado laico**. In: LOREA, Roberto Arriada (org.). Em defesa das liberdades laicas. 2008, p. 20.

¹¹ Ibidem.

¹² SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Douglas Cesar. **A (in)diferença no Direito**. 2015, p. 23.

¹³ BLANCARTE, Roberto. **El por qué de un Estado laico**. Disponível em: <http://www.dgespe.sep.gob.mx/public/genero/PDF/LECTURAS/S_01_01_EI%20%20por%20qu%C3%A9%20de%20un%20Estado%20laico.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

religioso pelo cívico: “Os santos foram substituídos por heróis independentistas e liberais, e, os altares religiosos foram trocados por altares da Pátria”.¹⁴ Isso evidencia a vontade de abandonar a religiosidade excessiva quanto a impossibilidade de se levantar uma sociedade com instituições e símbolos realmente laicos e/ou afastados da religião.

ELEIÇÕES GERAIS, DE 2018, NO BRASIL

O cenário em que ocorreu o jogo democrático de 2018, no Brasil, foi totalmente inédito. Pela primeira vez, um ex-presidente da República estava preso e pela primeira vez, mesmo preso, aparecia em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais realizadas e divulgadas pela mídia. O Presidente Lula, impedido de competir em função da aplicação da Lei da Ficha Limpa, sancionada em seu governo, viu a direita (ou extrema direita?) ascender ao poder político nacional.

A figura de Jair Bolsonaro, então deputado federal era extremamente polemica e complexa. Dado a extrema direita e com forte apreço pelos governos ditatoriais do Brasil, assumiu o discurso de combate irrestrito a corrupção e o retorno aos princípios, valores e a família faziam parecer que os governos do Brasil, em sua totalidade estavam contra as bases fundantes da sociedade brasileira e entregues a desenfreada corrupção. Todos os governos se tornaram "de esquerda", gay e contra a tradicional família brasileira.

Esse discurso se alinha com o interesse político eleitoral dos grupos religiosos, especialmente, pentecostais e neopentecostais, que se apresentaram contra pautas de gênero, direitos sexuais, reprodutivos e liberdades pessoais, em diversos projetos que chegaram até o Congresso Nacional nos últimos anos, barrados pela(s) bancada(s) religiosa(s), evangélicas, ali presentes. Além disso, empurram para a marginalidade toda forma de vida "queer" ou diverte daquela proposta como padrão.

As justificativas religiosas estiveram sempre presentes nos discursos e nas posições de certos candidatos no pleito eleitoral. Para a nação evangélica era hora de o Brasil ter um governo evangélico (demonstração de poder) e,

¹⁴ BLANCARTE, 2008, p. 23

Bolsonaro, estava disposto a estar de joelhos diante dos sacerdotes do Brasil para ser ungido/consagrado. O messianismo de Bolsonaro, único capaz de colocar o país nos "eixos" e de evitar que o "diabo" se apodere do país. Isso o fez apresentar uma pauta, ainda que imaginária, em que organizações religiosas receberiam muitos "méritos" e que, realmente, estariam fielmente representadas nas esferas de poder.

Com a promessa de moralizar e evitar o avanço das esquerdas, bem como, de não sexualizar o ensino e a educação brasileira, Bolsonaro ascendeu ao Poder fazendo uma enorme reviravolta no Congresso Nacional. A Bancada de partidos, antes praticamente inexistentes, se agigantaram. O MDB, há muito o principal e maior partido político do país se tornou mediana. Os partidos de direita, como um todo aumentaram seus parlamentares. Na maioria, eleitos com a proposta religiosa de afastar o diabo da esquerda.

O avanço da religião no espaço público, não realizado de forma adequada, como proposta por Santos¹⁵ afasta a sobriedade das decisões populares e apresenta uma justificativa religiosa para as demandas sociais. Ou seja, as decisões e ações do governo são defendidas com argumentos religiosos que, na verdade, não pretende impô-los a sociedade brasileira, mas sim, proteger o governo quanto a críticas e divergências, já que, tendo uma pauta evangélica, o governo terá apoio dessa parcela da sociedade.

A RELIGIÃO EVANGÉLICA SALVARÁ O BRASIL?

Em resposta ao problema de pesquisa, apontamos em primeiro, uma afronta as instituições democráticas uma vez que, quando o país não é administrado, tendo em vista a soberania popular ou um projeto de governo, não estamos diante de um país faticamente laico, mas sim, um país religioso, confessional, não formal ou oficialmente, mas na prática. Isso faz surgir o padrão religioso do "povo brasileiro" e surgir os tipos desviantes e fora do padrão.

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus Fosse Um Ativista Dos Direitos Humanos**. 2013.

Quem está fora do padrão está marginalizado e, conseqüentemente, não pode participar da vida pública como os demais. Isso se verifica nos discursos que expressam ódio e violência. Fazem referência, por exemplo ao uso de armas e elogiam torturadores e a ditadura militar que vitimou dezenas no Brasil. Ou mesmo, o simples desprezo pelas ações práticas pelos governos ou políticos divergentes, simplesmente por serem divergentes da visão política e religiosa do grupo no poder.

Não é possível prevermos as "consequências" do presente governo. Mas as mudanças já são sentidas e, por incrível que pareça, não colocam fim aos escândalos ou corrupção do país. Esses fatos seguem circulando e rondando a vida política nacional. Então, a religião evangélica poderá salvar o Brasil? Objetivamente, não.

A religião pode ser utilizada como mecanismo emancipador e garantidor de liberdades para os sujeitos que praticam a fé. A religião cristã, ao observar os preceitos e ensinamentos de Cristo, deveria, sobretudo, apontar para os sofrimentos da carne e as mazelas sociais e, se preocupar com o desviante. Esse entendimento, defendido por Santos¹⁶, não é lembrado pela religião do país. O Deus e a religião pregado nos púlpitos temporais dos palanques políticos e do governo não defendem os direitos humanos e nem a sociedade. Defendem tiranos, tiranias, torturas e matanças. Lutero¹⁷ aponta isso diz que o governo temporal, secularmente quer governar a vida de fé das pessoas e o governo religioso (igreja e sacerdotes) quer governar, religiosamente, a vida secular, corpos e bens do povo. Essa pode ser, de fato, a constituição de um tirano.

Se o "Deus" pregado pelos políticos fosse um ativista dos direitos humanos, o país estaria salvo, já que, não há efetivação dos direitos humanos sem que haja, de fato princípios democráticos na sociedade em que está inserido. Assim, a autoridade secular estaria separada da religiosa e a soberania popular teria o espaço devido.

¹⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus Fosse Um Ativista Dos Direitos Humanos**. 2013.

¹⁷ LUTERO, Martim. **Da autoridade secular**. 2017.

Deus só poderá estar alocado sobre todos quando não se tornar um Deus que compactue com a violência e a segregação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Religião e política são elementos constitutivos da sociedade brasileira. Não é possível afasta-los da vida social. Mas cada um precisa ocupar um lugar diverso. A política deve ser utilizada para expressão da soberania popular, através da oitiva da maioria. A maioria decide os rumos que o país deve tomar. Essa escolha é livre e laica, ou seja, não pode sofrer interferência da religião individual.

Nesse sentido, a religião está condicionada a esferas privadas, particulares, em que cada sujeito faz sua leitura e interpretação dos textos sagrados, bem como da escolha de possuir ou não uma religião. Essa escolha faz parte das deliberações individuais e que não permite a interferência na vida de outrem. É estritamente pessoal e individual. Nesse interim, justificativas religiosas são suficientes para condicionar a própria fé.

A religião apresentada, no cenário eleitoral de 2018, não pode salvar o Brasil. Por ser fundamentalista, e instrumentalizar a fé e as vontades pessoais, impede que exista uma escolha pessoal quando a religião. De outra banda, extrapola o espaço pessoal e chega a espaços públicos, da política, onde impede tomada de decisões com base na vontade da maioria, guiando escolhas pela vontade religiosa de alguns. Essa religião é a de um Deus amoroso e misericordioso, capaz de resolver os problemas do país. É uma religião tirana de arma nas mãos e de intolerância.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem Azevedo. **O que é Religião**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

ANDRADE, Solange Ramos de. História das religiões e das religiosidades: uma breve instrução. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (org.). **(Re) conhecendo o sagrado**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

AZEVEDO, Cristiane A. de. **A procura do conceito de religio**: entre o relegere e o religare. Disponível em:

VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 6., 2019, São Leopoldo.

Anais do VI Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: EST, v. 6, 2019. | p.203-212

<<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/download/9773/5351>>. Acesso em: 02 set. 2015.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o nascimento do Estado Moderno: Aspectos históricos e teóricos**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

BLANCARTE, Roberto. **El por qué de um Estado laíco**. Disponível em: <http://www.dgespe.sep.gob.mx/public/genero/PDF/LECTURAS/S_01_01_EI%20%20por%20qu%C3%A9%20de%20un%20Estado%20laico.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

_____. O porquê do Estado laico. In: LOREA, Roberto Arriada (org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BOSCH, David J. **Missão Transformadora: Mudanças de paradigma na teologia da missão**. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Norberto de Paula Lima. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1997.

LUTERO, Martim. **Da autoridade secular**. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 2017.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Douglas Cesar. **A (in)diferença no Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus Fosse Um Ativista Dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.